

O Estado todo-poderoso, incapaz de vacinar.

Saúde

JORNAL DA TARDE

O Estado brasileiro desafia-se, com enlevo e indisfarçada satisfação, àquilo que o professor Benedicto Ferri de Barros chamou, com muita propriedade, de pirotécnica. Ou seja: a entoar loas às suas realizações e a jactar-se de estar realizando a felicidade geral da Nação. Um espírito mais realista, que não se deixe deslumbrar pelos efeitos exteriores das ações do governo, poderia dar a esta frase final, com o mesmo efeito sonoro, uma outra conformação: felicidade ou geral danação?

Com efeito, o Estado brasileiro é capaz de construir, ao mesmo tempo, duas usinas hidrelétricas do porte de Tucuruí e Itaipu. Não importa se falta grande parte do linhão para transportar a energia produzida por elas para os centros consumidores e estejamos, desde o ano passado, vivendo sob a constante ameaça de rationamento. Para os pirotécnicos, o que vale é que os dois monumentos estão lá, plantados no Norte e no Sul do País como prova da capacidade empreendedora das gentes de Brasília.

De fato, o Estado brasileiro é capaz de produzir aços de vários tipos e até de exportá-los. Não importa, naturalmente, se as siderúrgicas estatais agrupadas numa holding chamada Siderbrás estejam devendo 15,6 bilhões de dólares. Importa menos ainda que o aço vendido pelo Estado tenha dado, em 1985, um prejuízo de 235 dólares por tonelada enquanto as siderúrgicas ligadas ao setor privado, como as do grupo Gerdau, a Belgo Mineiro, a Mannesmann e a Aços Villares, tenham conseguido, respectivamente, lucros de 16 dólares, 74 dólares, 121 dólares e 268 dólares por tonelada de aço vendida no mesmo período. O que vale para os pirotécnicos é a constelação de usinas oficiais, a constelação de empresas que elas distribuem e, principalmente, o poder que elas dão à burocracia.

Com tanta "eficiência" campeando solta nos quadros da burocracia estatal não nos surpreende que tenha sido um fracasso — um doloroso fracasso para os cidadãos do País — a última campanha de vacinação contra a poliomielite: foram vacinadas apenas 44% das cerca de 20 milhões de crianças em idade de vacinação. No Piauí, no caso mais escandaloso, e onde o problema da poliomielite é dos mais graves, apenas 7% das crianças foram atendidas.

Esta é a realidade, terrível realidade: o Estado que é capaz de produzir e vender aço, cobre, energia nuclear; que assegura por decreto que irá distribuir pelo menos um litro de leite a cada criança do País; que está prometendo no início do século XXI — portanto daqui a menos de 15 anos — dar aos brasileiros um nível de vida idêntico aos povos dos países mediterrâneos da Europa; enfim, este Estado tão onipresente e "competente" revela-se incapaz de pingar duas gotinhas de vacina Sabin na boca de 20 milhões de brasileiros com menos de cinco anos de idade. Talvez o problema esteja no fato de, apesar de todos os esforços de cientistas como o dr. Sabin e outros, ainda não se ter inventado uma forma de vacinar por decreto-lei, decreto ou uma simples resolução do Banco Central.

O mais grave é que os casos de poliomielite estão crescendo no País: em 1984 foram notificados ao Ministério da Saúde 130 casos de paralisia infantil; em 1985 esse número subiu para 534 — 138 comprovados, 131 prováveis, 242 suspeitos e 23 de outras causas. A situação pior é no Nordeste. Não é só isso, porém. No primeiro semestre o Rio de Janeiro foi assolado por uma epidemia de dengue, com alguns casos também de febre amarela, provocados por um mosquito conhecido como aedes aegypti, que as autoridades sanitárias consideravam erradicado do País desde as famosas campanhas de Oswaldo Cruz.

O quadro geral de saúde no Brasil é preocupante. A incidência de malária passou de 88.630 pessoas atingidas em 1976 para 399.482 em 1985; em 1976 ela atingia 7,8 em cada dez mil brasileiros e dez anos depois o índice saltou para 30,7. Com a esquistossomose a variação foi de 4,7 para 17,2 em cada 10 mil brasileiros. Em cada ano mais de 250 mil pessoas morrem de doenças infeciosas, parasitárias e do aparelho respiratório; há 60 mil novos casos de sarampo, dois mil de coqueluche e tétano e três mil de difteria. Há cinco milhões de portadores de doença de Chagas em todo o Território nacional.

Por que um quadro tão aterrador na oitava economia do mundo e que no século XXI, repetimos, terá, conforme promessa do presidente Sarney, um nível de vida semelhante ao nível dos países europeus banhados pelo Mediterrâneo?

Achamos que a resposta adequada a esta questão foi dada recentemente por alguém que sem dúvida nenhuma entende do assunto e que depois que saiu do governo se tem dedicado a um saudável processo de autocritica, o ex-ministro Delfim Neto:

"A grande verdade é que com o gigantismo do Estado ele deixou de cumprir as suas funções essenciais, como, por exemplo, garantir a segurança e administrar a justiça (e cuidar da saúde, da educação, do saneamento, acrescentamos nós). Somos prisioneiros em nossas casas e a Justiça é lenta. Isso não se deve apenas à ineficiência da Polícia ou aos problemas administrativos da Justiça, mas também à terrível escassez de recursos. E por que faltam recursos para essas atividades fundamentais do Estado? Basicamente porque o Estado se transformou num Estado-comerciante-industrial, que se apropriou de atividades que, com maior eficácia, poderiam ser realizadas pelo setor privado. O Estado brasileiro sabe produzir aço (sic), mas é incapaz de garantir a nossa segurança; sabe produzir soda cáustica, mas é incapaz de assegurar ao Poder Judiciário o mínimo de recursos para que ele possa cumprir de maneira adequada as suas funções".

Um exemplo dessas distorções: as autoridades econômicas preparam-se para enterrar 15,6 bilhões de dólares no saneamento financeiro da Siderbrás, aquela que produz aço só com prejuízos. Para o Ministério da Saúde no entanto está reservado no orçamento do próximo ano uma verba de 15 bilhões — só que de cruzados.

Nesse passo, o brasileiro nunca chegará a usufruir das delícias do mundo mediterrâneo. A não ser em discursos oficiais ou por decreto.

Agora, se o governo desobedecesse ao presidente Sarney, que não quer fazer a reforma do aparelho estatal por decreto, e decretasse a imediata redução do seu tamanho e, consequentemente, da sua incomensurável incompetência, se deixasse de encher quem empreende, quem trabalha e quem cria riquezas neste país, não tenha dúvidas o presidente Sarney de que chegariam ao século XXI fazendo inveja aos países mediterrâneos da Europa.